

Diagnóstico sobre Plantas Alimentícias Não Convencionais em equipes escolares da Microrregião de Itapetinga-BA

Anameire de Jesus Martins ^I
Danrlei Santos Soares ^{II}
Simone Andrade Gualberto ^{III}

Resumo: Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCs) são espécies não comumente utilizadas na dieta da população, apesar de serem fontes de nutrientes importantes, além de apresentarem propriedades medicinais que, muitas vezes, são desconhecidas da população e da comunidade científica. Neste sentido, este trabalho teve como objetivo realizar um diagnóstico sobre as PANCs em escolas da microrregião de Itapetinga-BA, através da análise das respostas a um questionário semiestruturado, que teve como abordagem o conhecimento sobre as PANCs, relacionado a seu consumo, por faixa etária, gênero e atividade exercida no contexto escolar. Os resultados da pesquisa mostraram que os participantes mais idosos conheciam essas espécies, porém, o consumo das mesmas é bem reduzido entre os entrevistados. Já a população jovem, de modo geral, apenas ouviu falar de tais plantas e nunca consumiram, o que reforça a necessidade de se resgatar a utilização destas plantas, principalmente devido às suas propriedades nutricionais e, muitas vezes, medicinais.

Palavras-chave: Alimentação saudável; PANC; segurança alimentar; educação alimentar; nutrição escolar.

^I Secretaria de Educação do Estado da Bahia, Itapetinga-BA, Brasil.

^{II} Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Itapetinga-BA, Brasil.

^{III} Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Itapetinga-BA, Brasil.

São Paulo. Vol. 28, 2025

Artigo Original

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1809-4422asoc00621vu28L4AO>

Introdução

A saúde do ser humano depende, na maioria, das plantas, pois este aprendeu há milênios a utilizá-las para o seu bem-estar físico, seja para a cura de doenças, seja na alimentação, no fornecimento de sombra, ar fresco e purificado para o planeta e seus habitantes. Vasconcellos *et al.* (2018), definem como segurança alimentar o direito de acesso ao alimento de qualidade, em quantidades suficientes, sem o comprometimento de outras necessidades essenciais. Condições essas que vêm se tornando cada vez mais difíceis de serem alcançadas pela população, por conta da diminuição do poder de compra, causado pela desigualdade social, vinculado ao aumento da inflação sobre produtos alimentícios. Ribeiro e Pilla (2014), apresentam a segurança alimentar como uma condição de saúde pública, pois a modernização vivenciada por uma parcela da população mundial, alterando drasticamente o padrão de alimentação das pessoas, colocando sempre em evidência alimentos ricos em gorduras e açúcares. A alimentação saudável e que não agride o meio ambiente está relacionada à produção de alimentos que considerem a manutenção da biodiversidade e que assegurem o consumo variado e o resgate dos alimentos regionais (SOUZA, 2021).

No Brasil, grande parte da população não tem acesso à alimentação adequada, e sofre com a insegurança alimentar. Porém, esta situação pode ser solucionada pela introdução de práticas que possibilitem o acesso ao alimento saudável e também ao conhecimento destes, respeitando sempre a variedade alimentar, cultural, ambiental, econômica e sustentável (SOUZA, 2021). Estas práticas podem ser definidas como instruções e/ou orientações sobre as formas de produção e consumo de plantas e hortaliças que, por muitas vezes, passam despercebidas por pessoas que as necessitam.

Em 2022, o Segundo Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia de Covid-19 no Brasil apontou que 33,1 milhões de pessoas não têm garantido o que comer (14 milhões de novos brasileiros em situação de fome). Conforme à pesquisa, mais da metade (58,7%) da população brasileira convive com a insegurança alimentar em algum grau: leve, moderado ou grave (REDE PENSSAN, 2022). Na insegurança alimentar de grau leve, há preocupação ou incerteza quanto ao acesso futuro aos alimentos e a qualidade inadequada dos alimentos, devido a estratégias que visam não comprometer a quantidade de alimentos da família. Já no moderado, há uma redução quantitativa de alimentos entre os adultos, rompendo os padrões de alimentação por conta da falta de alimentos. E, no grau grave, há uma redução drástica da quantidade de alimentos disponíveis a todos os membros da família – nesta condição a fome já está instalada.

A insegurança alimentar é sentida de forma mais acentuada na zona rural do Brasil, 7,1%, enquanto nas áreas urbanas atinge até 4,1% da população. As regiões Norte e Nordeste possuem os maiores índices de insegurança alimentar, 10,2% dos domicílios no Norte e 7,1% no Nordeste, enquanto no Sul e Sudeste esses percentuais caem para 2,2% e 2,9%, respectivamente (REDE PENSSAN, 2022).

Desde os primórdios o homem necessita das plantas como fonte de alimentação, de remédios, conforto térmico, entre outros e, para tal, foi fundamental sua caracterização e classificação como nocivas, úteis, prolíferas, tipos de nutrição e conhecimento sobre a sua

utilização. No entanto, muitos destes conhecimentos não foram aprofundados e outros se perderam, ou ficaram restritos a pequenos grupos, favorecendo, assim, o esquecimento de diversas Plantas Alimentícias Não Convencionais - PANCs, causando seu desuso em meio às comunidades urbanas e rurais.

Nesse sentido, divulgar os saberes advindos das populações tradicionais sobre as plantas alimentícias e medicinais e demais questões ambientais de cultivo relacionados às espécies nativas e exóticas, são tão relevantes quanto os produzidos nos meios acadêmicos, relacionados à caracterização fitoquímica e potencial nutricional de cada espécie (PINHEIRO, 2019). As PANCs são espécies não corriqueiras na mesa de moradores urbanos, não fazendo parte do dia a dia no hábito alimentar das pessoas, incluindo ainda partes dos vegetais que não são utilizados de espécies convencionais, como o “umbigo” da bananeira, as folhas de batata-doce, as flores, os brotos e as sementes de abóboras (KINUPP; LORENZI, 2014). As PANCs são espécies regionais, não globalizadas, rústicas e resilientes, muitas vezes de ocorrência espontânea, sem uma cadeia produtiva estruturada, além de apresentarem destacado potencial nutricional (MADEIRA; KINUPP, 2016). Apesar de todo histórico de utilização, entraram em desuso com o tempo, substituídas por alimentos de fontes mais simples, menos nutritivas e economicamente mais valorizadas, afetando, dessa forma, diretamente a saúde de cada indivíduo (SOUSA, 2020).

Segundo Derani e colaboradores (2017), as Plantas Alimentícias Não Convencionais se enquadram no contexto de dietas saudáveis e sustentáveis, pois, além de nutritivas e saborosas, são importantes para a preservação da biodiversidade da fauna e flora brasileiras.

Nesse sentido, esse trabalho teve como objetivo realizar um diagnóstico de conhecimento, consumo, interesse e disponibilidade das PANCs junto à comunidade escolar (gestores e docentes) de Itapetinga-Ba e regiões circunvizinhas. O intuito é colaborar para solucionar esse problema do negligenciamento das PANCs na alimentação, aliada à possibilidade de favorecer melhores condições de segurança alimentar para a população local. Assim surgiu a necessidade de pensar em maneiras de divulgação para a comunidade regional e para a sociedade na totalidade.

Materiais e Métodos

O diagnóstico foi realizado no período de outubro a dezembro de 2022, na microrregião de Itapetinga, Bahia, utilizando questionários semiestruturados, contendo o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), com o intuito dos participantes conhecerem a importância da pesquisa, seguido por questões de caracterização dos entrevistados e questões sobre o conhecimento relacionado às Plantas Alimentícias Não Convencionais. Os questionários foram aplicados de forma virtual, através da plataforma *Google Formulários*, para facilitar a participação de mais pessoas. O projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e aprovado pelo parecer de número 5.290.777.

Os questionários foram compostos por 2 sessões, uma contendo questões para a

caracterização dos participantes e outra com perguntas objetivas, de múltipla escolha e de múltipla marcação. O questionário iniciou-se com a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), momento que precede a opção de aceite de participação voluntária em pesquisa, segundo a metodologia de Minayo e Costa (2018) em concordância com Chizzotti (2018), que a caracterizam como uma pesquisa qualitativa, tendo em vista que a interpretação dos resultados aconteceu de forma subjetiva, os formulários obtidos.

Itapetinga é um município situado na região Sudoeste da Bahia (Figura 1), com uma extensão territorial de 1.651,158 km², com população estimada em 77.408 pessoas e densidade demográfica de 41,95 hab./km² (IBGE, 2021). Vizinha aos municípios de Itororó, Caatiba e Macarani, Itapetinga se situa a 76 km a Sul-Leste de Vitória da Conquista e distante 577 km de Salvador (Capital da Bahia). Situada a 293 metros de altitude, Itapetinga tem as seguintes coordenadas geográficas: Latitude: 15° 15' 23" Sul, Longitude: 40° 15' 27" Oeste.

Figura 1 – Localização de Itapetinga



Fonte: IBGE, 2022.

As informações foram coletadas através das respostas ao questionário semi-estruturado, que abordou o conhecimento dos(as) participantes sobre as PANCs, ligados à idade, gênero e profissão.

Resultados e Discussão

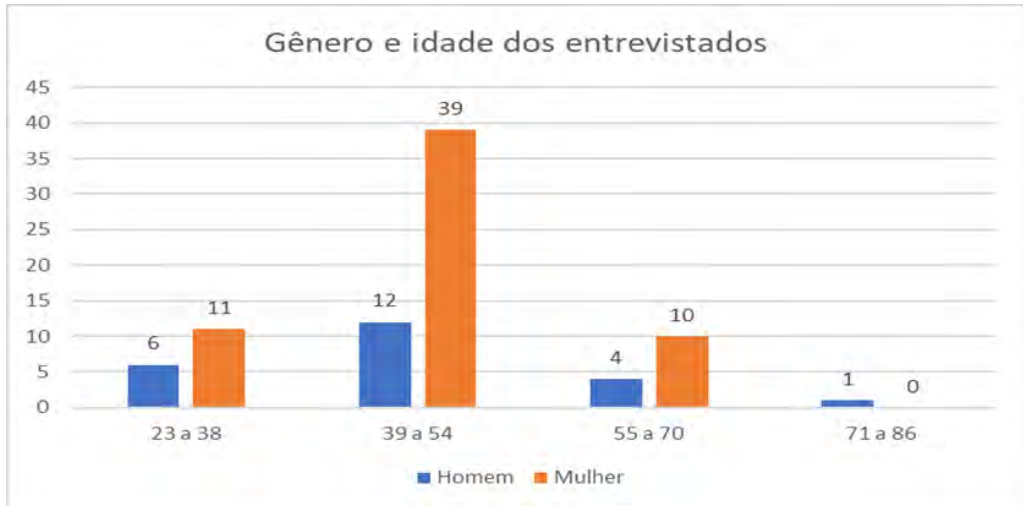
É importante ressaltar que o diagnóstico foi direcionado à comunidade escolar, primeiramente aos gestores, professores e funcionários, por entender que são os responsáveis diretos pela educação dos alunos e fundamentais, não somente para a divulgação das PANCs nas escolas, mas, também, para auxiliar que as mesmas sejam inseridas na rotina alimentar dos alunos da educação básica.

Caracterização dos entrevistados

A amostra total de coleta é de 85 pessoas que responderam ao questionário. Dentre elas, 70,6% (60 pessoas) são do gênero feminino e 29,4% (25) do gênero masculino. A faixa etária variou de 25 a 83 anos, sendo a predominância na faixa etária dos 39 a 54 anos (Figura 2).

Com relação à pergunta sobre o grau de escolaridade, 67 entrevistados, o que corresponde a 78,8%, responderam serem pós-graduados, e os demais são graduados em licenciaturas (16 pessoas) e bacharelados (02) nas suas respectivas áreas de atuação. Quando perguntados sobre o local de residência, um percentual de 47% dos entrevistados (51 pessoas) respondeu residir em Itapetinga, seguidos de 9% residentes em Maiquinique, 3,5% domiciliados em Santa Cruz da Vitória, Macarani, além de Itororó, Firmino Alves, Caatiba, Iguai, Ibicuí, Itambé, Itarantim e Nova Canaã, que também responderam ao questionário.

Figura 2. Distribuição conforme o gênero e idade dos entrevistados na pesquisa sobre Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCs) em comunidades escolares da microrregião de Itapetinga-BA

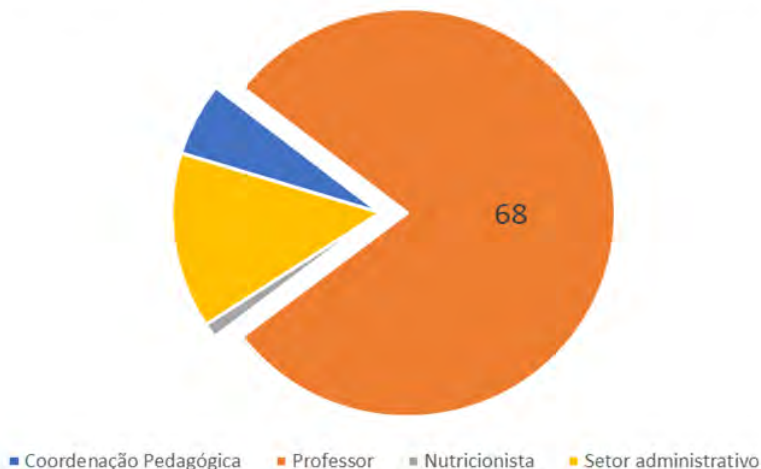


Fonte: Autores, 2023.

Quando perguntados sobre qual atividade exercem nas unidades escolares, 68 entrevistados, equivalente a 80%, exercem atualmente a função de professores regentes, 5 de coordenadores pedagógicos, 12 técnicos-administrativos e 1 nutricionista (Figura 3).

Figura 3. Profissão desenvolvida pelos entrevistados na pesquisa sobre Plantas Alimentícias Não Convencionais em comunidades escolares da microrregião de Itapetinga-BA.

Profissão desenvolvida pelos entrevistados nas escolas



Fonte: autores, 2023.

O diagnóstico realizado permitiu que o tema das PANCs fosse levado ao ambiente escolar, possibilitando que trabalhadores da educação conhecessem suas propriedades alimentícias e medicinais, sua utilização na alimentação cotidiana, dentro e fora da escola, e o incentivo ao consumo e cultivo. Ao mesmo tempo, o diagnóstico fez com que as PANCs entrassem na sala de aula, como tema em diversas disciplinas e em anos diferentes, fazendo com que a comunidade escolar adquirisse o conhecimento sobre essa classe de alimentos.

Conhecimento sobre as Plantas Alimentícias Não Convencionais - PANCs

Na segunda seção do questionário aplicado, a pergunta sobre o conhecimento da nomenclatura “PANCs”, 50 entrevistados, o equivalente a 58,8%, responderam que já conheciam o termo, e alguns citaram de imediato as espécies conhecidas popularmente, como: taioba, serralha, araruta, melão de São Caetano, palma, entre outras. E nesta mesma pergunta, puderam identificar, por intermédio de fotos, as espécies que conheciam e descrever a sua forma de utilização, caso a tivessem consumido.

Das 85 pessoas que responderam ao questionário, observou-se que 17, o correspondente a 20%, não conheciam as espécies de PANCs presentes no formulário, ou conheciam pouco, mas não consumiam essas plantas. Uma porcentagem representativa de pessoas não tem costume de consumi-las diariamente, mas já tiveram contato com as mesmas em outras oportunidades.

Um dado interessante, foi notar que as pessoas que não conheciam ou não consumiam essas PANCs, se mostraram dispostas a experimentar essas plantas, apenas 3 entrevistados, se mostraram um pouco resistentes.

Esse desconhecimento de alguns pode ser explicado em razão do Brasil ter o seu sistema agroalimentar baseado em um padrão convencional, de número restrito de espécies, além de uma rotina alimentar hegemonicamente industrializada e limitada, o que acaba contribuindo para a desvalorização e desconhecimento de diversas espécies de plantas, em sua maioria nativas, que possuem alto potencial econômico e nutricional, apesar de possuir uma das maiores biodiversidades de fauna e flora do mundo (SILVA *et al.*, 2022). Entretanto, inúmeras espécies vegetais possuem grande importância e destaque ambiental, além de riqueza nutricional e potencial econômico ainda inexplorados, o que corrobora com a importância desse tipo de pesquisa, para incentivar o uso e implantação dessas espécies na alimentação da população.

Há uma variação muito grande entre as PANCs mais consumidas nas regiões brasileiras, o que levou essa pesquisa a buscar as mais consumidas na microrregião estudada (Quadro 1).

Para fortalecer a possibilidade de inserir essas plantas na merenda escolar, foi verificado que um percentual altíssimo (93%) das escolas, com representantes nesse estudo, oferece merenda escolar, pois se refere à rede pública de educação. Apenas um pequeno percentual (12%) dispõe de nutricionistas para acompanhamento da mesma, demonstrando que a composição da merenda escolar, na maioria das vezes, é feita sem o auxílio de um profissional habilitado.

Da lista de PANCs apresentadas no questionário foram reconhecidas as seguintes espécies: 89% dos entrevistados identificaram a taioba (*Xanthosoma taioba*), (Figura 4), seguida da língua-de-vaca (*Talinum paniculatum*), (Figura 5), com 64%, ora-pro-nobis (*Pereskia aculeata*) com 57%, chuchu do vento (*Cyclanthera pedata*) com 55%, Tabela 1. Os entrevistados ainda se referiram à utilização de algumas espécies para fins medicinais, como chá de araruta e cápsulas de ora-pro-nobis.

Quadro 1: Principais espécies de Plantas Alimentícias Não Convencionais citadas pelos entrevistados, com nome científico, suas famílias, locais de origem e partes utilizadas

Nome Científico	Família	Nome comum	Origem	Utilização
<i>Xanthosoma taioba</i>	Araceae	Taioba	Brasil tropical e equatorial	Rizomas e Folhas
<i>Talinum paniculatum</i>	Portulacaceae	Língua-de-vaca	América	Folhas
<i>Pereskia aculeata</i>	Cactaceae	Ora-pro-nobis	Faixa tropical do continente americano	Folhas
<i>Cyclanthera pedata</i>	Cucurbitaceae	Chuchu do vento	Andes	Frutos
<i>Portulaca oleracea</i>	Portulacaceae	Beldroega	Nativa do Brasil, porém, não endêmica	Folhas
<i>Sonchus oleraceus</i>	Asteraceae	Serralha	Norte da África, Ásia e Europa, naturalizada no Brasil	Folhas
<i>Maranta arundinacea</i>	Amarantaceae	Araruta	Regiões tropicais da América do Sul	Rizomas

Fonte: Autores, 2023.

As plantas podem ser utilizadas como fontes de minerais, vitaminas, proteínas, assim como antioxidantes e antimicrobianos. A *Xanthosoma sagittifolium* (L.) Schott, conhecida popularmente como taioba, é um vegetal da família das aráceas, cultivada geralmente em regiões tropicais do centro-sul americano e em alguns países da Ásia e África. As folhas da planta são para consumo e se assemelham à couve. É considerada uma planta alimentícia não convencional (PANC), rica em cálcio, ferro, zinco, magnésio,

proteínas, carotenóides, licopeno, clorofila e vitamina C (ARAÚJO et al., 2019).

Figura 4: Taioba



Fonte: Madeira, 2022.

Figura 5: Língua-de-vaca



Fonte: Madeira, 2022.

As folhas da taioba são utilizadas refogadas ou cozidas com frango, carne moída ou arroz, em farofas de feijão, omeletes e suflês. Seus rizomas podem ser usados como o inhame (BRASIL, 2010).

De acordo com Souza (2018) a taioba é muito utilizada em regiões como a China, Américas e oeste da África na alimentação humana, como uma boa fonte de fibras alimentares e carboidratos. Seu rizoma encontra-se em sexto lugar entre as raízes mais importantes do mundo, depois de mandioca, batata, batata-doce e inhame; por ser uma opção de alimento para pessoas com diabetes mellitus tipo 2, pois retarda a absorção de glicose e diminui a hiperglicemia pós-Prandial.

O consumo de hortaliças de modo geral, convencionais ou não-convencionais, é responsável por diversos benefícios, entre eles: são leves e de fácil digestão; auxiliam na saciedade, fornecendo poucas calorias; são ricos em fibras, auxiliam no bom funcionamento do intestino; contém carboidratos, sais minerais, vitaminas e água, nutrientes importantes para o bom funcionamento do organismo (BRASIL, 2010).

A Araruta, pertencente à Família *Amaranthaceae*, com ampla faixa de distribuição, desde o Nordeste ao Sul do país, é uma planta herbácea perene, rústica, originária de regiões tropicais da América do Sul, incluindo o Brasil central e pode atingir de 1,5 a 1,8 m de altura. As partes mais consumidas são estruturas subterrâneas (caules rizomatosos), especialmente para a extração de amido para o fabrico de pães e biscoitos. Sua fécula é muito utilizada em dietas de celíacos. O plantio é feito por propágulos (porções dos caules rizomatosos) diretamente no local definitivo. Pode ser colhida a partir de 6 a 7 meses após o plantio, com auxílio de enxada ou aiveca. A produtividade média é de 30 ton/ha (MADEIRA, 2021).

Entre suas propriedades estão a presença de nutrientes e antioxidantes, ferro, potássio, magnésio, cobre, zinco e cálcio. O amido de araruta é muito digestivo e pode ser utilizado no preparo de pães, cremes, mingaus, biscoitos, pães de queijo e para engrossar

molhos (MADEIRA, 2021).

Já a Bertalha (*Basella alba*), pertencente à família Basellaceae, trata-se de uma herbácea perene, que possui origem no sudeste asiático e no subcontinente indiano. A parte carnosa dos frutos possui um corante (betalaína), que pode ser usado para colorir gelatinas, massas e doces. Se adapta bem em regiões de clima quente, com temperaturas entre 26 e 28°C e se propaga por sementes, que germinam com aproximadamente 10 dias. A colheita é iniciada com 60 dias após o plantio (MADEIRA *et al.*, 2013). Rica em fibras, vitaminas A e C, cálcio, ferro e zinco, suas folhas podem ser consumidas cruas, cozidas ou ainda secas e moídas como suplemento alimentar (GONÇALVES, 2020).

Ora-pro-nobis (*Pereskia aculeata*), da família Cactaceae, ocorre em regiões de clima seco, distribuindo-se na faixa tropical do continente americano. Espécie de porte arbustivo, é uma planta trepadeira, com folhas suculentas. Possui cálcio, potássio, magnésio, zinco, fósforo, ferro, vitaminas (A, B e C), triptofano, fibras e alto conteúdo proteico. Planta de fácil cultivo e propagação, com baixa demanda hídrica e baixa incidência de doenças, características que favorecem o cultivo doméstico, como uma hortaliça de baixo custo (KINUPP; LORENZI, 2014).

As formas de utilização das PANCs citadas pelos entrevistados, em questão aberta no questionário, para que os mesmos pudessem dissertar seus conhecimentos sobre as espécies apresentadas, variaram de saladas, refogados, moquecas, mingaus, recheados com carnes. Embora, parte dos entrevistados não conheça ou não consuma essas espécies, se mostraram disponíveis em conhecê-las e experimentá-las. Nota-se uma oportunidade em divulgar mais as PANCs, pois quando perguntados se utilizariam este tema em sala de aula, 72 entrevistados, correspondendo a 84%, responderam positivamente, o que demonstra o interesse em expandir esses conhecimentos. Essa disponibilidade em divulgar as plantas em salas de aula facilita o processo de reinserção das PANCs na cultura alimentar da comunidade escolar e, em contrapartida, esse costume alimentício pode alcançar as famílias dos alunos.

Existe a dificuldade em encontrar essas espécies em feiras e mercados, devido à baixa demanda dos consumidores que, muitas vezes, não as conhecem ou as deixam de lado, tendo a sua utilização esquecida com o decorrer do tempo. As PANCs são espécies que, por não participarem da cadeia produtiva alimentar convencional, não possuem relevância comercial, mesmo sendo de fácil cultivo e não necessitando de insumos, fertilizantes ou expansão de grandes áreas para o seu plantio, sendo muitas vezes, de crescimento espontâneo (SILVA *et al.*, 2022).

Aliado ao potencial nutricional e medicinal, algumas espécies de plantas têm apresentado um imenso potencial para a produção de compostos secundários que podem apresentar diversas atividades biológicas (SPLETOZER, 2021).

O conhecimento e estudo sobre as PANCs pode promover a soberania alimentar e fortalecer a relação entre sociedade e natureza, principalmente em países em desenvolvimento, como o Brasil, onde observa-se que a demanda por alimentos importados ou industrializados tem tido um crescimento cada vez maior dentro do cenário urbano, ou até mesmo rural. Baptista *et al.* (2019), enfatiza que, quando se refere a segurança alimentar,

a merenda escolar deve ser utilizada como um artifício essencial para garantir que jovens e crianças tenham alimentação adequada. Diante disso, a realização de um diagnóstico em instituições de ensino é o primeiro passo para a possibilidade de inserir essas plantas na alimentação escolar. Essa ação tem o potencial de combater a insegurança alimentar nas famílias que vivem à margem da sociedade.

De acordo com Nunes *et al.* (2021), nos países em desenvolvimento ainda existe uma grande ligação da alimentação da população com os recursos naturais disponíveis. Em regiões como o semiárido brasileiro, apesar de diversas espécies de plantas silvestres serem utilizadas com fins alimentícios, diversas outras plantas, e partes dessas espécies, são subutilizadas em razão de fatores sociais, e também ambientais, não contribuindo com uma melhor segurança alimentar da região.

O modelo agrícola, denominado agronegócio, trouxe um cenário de mudanças no sistema agroalimentar mundial, avançando sobre as terras agricultáveis do Brasil, propondo um padrão de trabalho de forma perversa aos agricultores familiares (MOTA; SILIPRANDI; PACHECO, 2021).

Ainda segundo as autoras acima, o acesso à terra e à segurança alimentar e nutricional são sentidas por essas famílias, que produzem de forma diversificada, com pouco ou nenhum uso de agrotóxicos, e destinando, basicamente, a produção para garantir a reprodução familiar e a economia local.

Diante desse cenário, as PANCs (re)surgem como alternativa de renda para esta categoria profissional tão importante para a produção de alimentos no Brasil, os agricultores familiares, pois estas espécies podem ser facilmente cultivadas e não exigem muitos insumos.

De acordo com o último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018), o segmento da agricultura familiar no Brasil representa 77% dos estabelecimentos rurais do país, gerando ocupações para mais de 10 milhões de pessoas e responde por parcela expressiva da oferta de alimentos básicos consumidos pela população. Mais de 80% dos 3,9 milhões de estabelecimentos deste segmento, em termos espaciais, estão localizados em municípios com até 50 mil habitantes, desempenhando função destacada na sociedade e nas economias locais.

Apesar da sua relevância, a agricultura familiar só foi inserida na agenda governamental brasileira a partir de meados dos anos 1990, com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

De acordo com Favareto e Aquino (2021), especialmente no período de 2003 a 2014 foram criados ou ampliados vários programas importantes de transferência de renda, segurança alimentar, compras públicas governamentais, habitação rural, acesso a água, assistência técnica e extensão rural, apoio a agroecologia e ao desenvolvimento territorial, entre outros, ajudando o Brasil a sair do chamado Mapa da Fome.

No entanto, a partir de 2016, o cenário se inverteu e iniciou-se um processo de desmonte dessas iniciativas. Na atualidade, movimentos sociais e diferentes correntes de pesquisadores têm procurado discutir alternativas para reverter o quadro apresentado e

revigorar a ação do Estado nesse campo.

Para Favareto e Aquino (2021), as políticas públicas de apoio à agricultura familiar necessitam ser atualizadas e remodeladas e, para fazer frente aos desafios colocados no presente e no futuro, ao menos sete aspectos necessitam ser considerados: 1. O lugar estratégico que as políticas para a agricultura familiar ocuparão na agenda política e econômica do novo governo; 2. A organização de sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis; 3. As políticas produtivas para a agricultura familiar; 4. A digitalização da agricultura familiar; 5. A ampliação dos mercados; 6. A orientação dos agricultores para acessarem os programas governamentais; 7. Estratégias de desenvolvimento territorial.

Existem em torno de 5 mil espécies vegetais que podem ser utilizadas para a alimentação, mas destas, apenas 130 são de fato cultivadas e consumidas e, apenas, 30 suprem as necessidades básicas da alimentação da população (SOUZA *et al.*, 2021). Isso demonstra a reduzida diversidade na alimentação da população e a necessidade de maior conscientização populacional a respeito das PANCs, para a melhoria da qualidade de acesso e aumento do consumo de alimentos de origem vegetal, tendo em vista a facilidade de plantio e cultivo, contribuindo com a segurança alimentar da comunidade que obtém o conhecimento sobre esse tipo de alimento.

Por sua direta interferência na saúde individual, faz-se necessária a observação de algumas particularidades em relação à alimentação da população brasileira, principalmente no tocante às PANCs, mostrando que estas espécies apresentam um alto potencial nutricional e medicinal. Contudo, verifica-se a redução significativa do consumo destas espécies, sendo substituídas por hortaliças mais valorizadas pelo mercado, com prejuízos para a segurança alimentar e, em contrapartida, causando uma restrição no consumo de produtos nativos do Brasil (BRASIL, 2013).

No Brasil, há uma extensa rede de cidades médias que podem ser a base para o desenvolvimento de projetos regionais inovadores. Também existe uma rede descentralizada de universidades e institutos federais, que podem se integrar e auxiliar no desenvolvimento de estratégias de transformação territorial.

Segundo as discussões suscitadas pelos autores e que corroboramos com o desenvolvimento deste trabalho, o mais importante é “criar um ambiente favorável para se debater ideias-chave na perspectiva dessa construção do futuro” e, mais do que tudo, mobilizar as forças sociais que ajudem a sustentar essa agenda.

Portanto, precisamos, sobretudo, construir bases sociais que nos auxiliem, enquanto instituições, a colocar em prática nosso projeto político educacional de mudança consciente da sociedade, para vivermos em um mundo mais justo, igualitário, sustentável e capaz de promover o desenvolvimento saudável de todos os seres que nele habitam.

Considerações Finais

O incentivo ao conhecimento e consumo de PANCs contribui para melhorar a segurança alimentar das famílias de baixa renda, além de estimular uma alimentação equilibrada, saudável e a utilização de espécies da biodiversidade regional da microrregião

de Itapetinga.

Apesar do consumo ainda não estimular o comércio local destas espécies, nota-se uma aptidão, ainda que pequena, de (re)aderir a essa cultura alimentar. Para tanto, é necessário um melhor acesso ao conhecimento científico sobre estas espécies, além das suas formas de preparo e consumo, o que ficou demonstrado no interesse dos entrevistados em ter acesso a este tipo de conhecimento.

Como desdobramento desta pesquisa é pertinente que, oportunamente, se possa realizar atividades de preparação e degustação de receitas usando as principais espécies de Plantas Alimentícias Não Convencionais encontradas na região do estudo, para que os alunos e a comunidade escolar possam conhecer melhor suas potencialidades alimentares e nutricionais, para inseri-las na alimentação cotidiana da escola, assim como, no ambiente familiar.

Referências

- ALBUQUERQUE, U. P. **Introdução à Etnobotânica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2005.
- AMOROZO, M. C. M. A abordagem etnobotânica na pesquisa de Plantas Medicinais. In: DI STATSI, L. C. (Org.). **Plantas medicinais: Arte e Ciência**, um guia de estudo interdisciplinar. São Paulo: EDUSP. 2010.
- BAPTISTA, M. J. C. de S. *et al.* **Sistemas de gestão de segurança alimentar**. 2019. Tese de Doutorado. Portugal. Universidade Católica Portuguesa. <http://hdl.handle.net/10400.14/30660>
- BRASIL, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Manual de hortaliças não convencionais**. Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. Brasília: Mapa / ACS, 2010. 92p.
- CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. Cortez editora, 2018.
- DERANI, C.; SCHOLZ, M. C. A injustiça ambiental das externalidades negativas das monoculturas para commodities agrícolas de exportação no Brasil. 2017. **Revista de Direito Agrário e Agroambiental**, v. 3, n. 2, p. 1-25. <https://doi.org/10.26668/IndexLawJournals/2526-0081/2017.v3i2.2281>
- KINUPP, V. F.; LORENZI, H. **Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC) no Brasil**. Nova Odessa: Instituto Plantarum, 2014.
- MINAYO, M. C. de S.; COSTA, A. P. Fundamentos teóricos das técnicas de investigação qualitativa. **Revista Lusófona de Educação**, n. 40, p. 11-25, 2018. doi: 10.24140/issn.1645-7250.rle40.edit

FAVARETO, A.; AQUINO J. R. Desafios para uma nova geração de políticas de agricultura familiar. **Brasil Debate**. 2021.

FIRMO, W. da C. A. *et al.* CONTEXTO HISTÓRICO, USO POPULAR E CONCEPÇÃO CIENTÍFICA SOBRE PLANTAS MEDICINAIS. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, 2012. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/746>. Acesso em: 6 jan. 2023. ISSN 2378-2229.

GOTTLIEB, O. R.; KAPLAN, M. A. C.; BORIM, M. R. M. B. **Biodiversidade**. Um enfoque químico – biológico. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1996. 267p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html. Acesso em: 02 maio 2023.

LIMA, E. da S.; LIMA, R. A. Levantamento de Plantas Condimentares na comunidade de Cristolandia, Humaitá – AM, Brasil. Revista EDUCAMazônia – **Educação Sociedade e Meio Ambiente**, Humaitá, LAPESAM/GISREA/UFAM/CNPq/EDUCAMAZÔNIA. 2021. – ISSN 2358-1468

MADEIRA, N. R.; KINUPP, V. F. Experiências com as plantas alimentícias não convencionais no Brasil. **Informe Agropecuário**, Belo Horizonte, v. 37. n. 295. 2016.

MOTA, D. M. da; SILIPRANDI, E; PACHECO, M. E. L. Soberania alimentar : biodiversidade, cultura e relações de gênero. Brasília, DF. Embrapa. 2021.v.5. p. 391. ISBN 978-65-87380-09-4.

NUNES, L. V. *et al.* Avaliação do Conhecimento Sobre Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC) por meio de questionário da plataforma Google Forms aplicado à população. 2021. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação- REASE**, v. 7, n. 7, p.250-251.

PINHEIRO, B. C. S. Educação em Ciências na Escola Democrática e as Relações Étnico – raciais. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências – RBPEC**. 2019. <https://doi.org/10.28976/1984-2686rbpec2019u329344>

REDE PENSSAN. II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil [livro eletrônico]: II VIGISAN : relatório final/Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – PENSSAN. -- São Paulo, SP : Fundação Friedrich Ebert : Rede PENSSAN, 2022. -- (Análise ; 1) ISBN 978-65-87504-50-6

ROCHA, L. P. B. da. *et al.* Uso de plantas medicinais: história e relevância. **Investigação, Sociedade e Desenvolvimento**, [S. l.], v. 10, n. 10. 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i10.18282. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/18282>. Acesso em: 6 jan. 2023

SANTOS, A. J. S.; RAMOS, A. B. B. **Etnobotânica em Comunidade Reassentada do Projeto de Integração do Rio São Francisco**. II Congresso Internacional das Ciências Agrárias, COINTER-PDV Agro 2017.

SILVA, W. F. M. da *et al.* Plantas alimentícias não convencionais: pesquisa sobre conhecimento e

consumo da região de Brasília-DF. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 9. 2022.

SOARES, I. F. **Desempenho de Hortaliças não Convencionais em consórcio sob Sistema Orgânico de Produção**. UnB. DF: Brasília. 2017.

SOUZA, G. B. **Aceitabilidade de preparações alimentícias com a taioba (*Xanthosoma sagittifolium*) e ora-pro-nóbis (*pereskia aculeata miller*): uma revisão de literatura**. In: **Avanços em Ciência e Tecnologia de Alimentos**. v. 5, p. 16-23. 2021. DOI 10.37885/210906205

SOUZA, M. R. de M. *et al.* **Instalação artístico pedagógica como instrumento de construção do conhecimento sobre Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC)**. **Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**. v. 16, n. 2, p. 189-198. 2021.

DOI: 10.18378/rvads.v16i2.8478

SPLETOZER, A. G. *et al.* **Plantas com potencial inseticida: enfoque em espécies amazônicas**. **Ciência Florestal**, Santa Maria, v. 31, n. 2, p. 974-997, abr./jun. 2021. ISSN 1980-5098.

Anameire de Jesus Martins

✉ anaxexeu@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6304-4738>

Editor Responsável

Julia Guivant

Editor Associado

Rylanneive Teixeira

Danrlei Santos Soares

✉ 2024f0075@uesb.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6128-1112>

Submetido em: 21/06/202

Aceito em: 06/02/202

2025;28:e00062

Simone Andrade Gualberto

✉ sagualberto@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1753-002X>

Declaração de disponibilidade de dados:

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

Diagnóstico sobre Plantas Alimentarias No Convencionales en equipos escolares en la microregión de Itapetinga-BA

Anameire de Jesus Martins
Danrlei Santos Soares
Simone Andrade Gualberto

Resumen: Plantas Alimenticias No Convencionales (PANC) - especies no utilizadas comúnmente en la dieta de la población, a pesar de ser fuentes de importantes nutrientes, además de tener propiedades medicinales muchas veces desconocidas por la población y la comunidad científica. En este sentido, este trabajo tuvo como objetivo realizar un diagnóstico de las PANC en escuelas de la microrregión de Itapetinga-BA, a través del análisis de las respuestas a un cuestionario semiestructurado, que se centró en el conocimiento sobre las PANC, relacionado con su consumo, por rango. edad, género y actividad realizada en el contexto escolar. Los resultados de la encuesta mostraron que los participantes de mayor edad conocían estas especies, sin embargo, su consumo es muy bajo entre los entrevistados. La población joven, en general, sólo ha oído hablar de este tipo de plantas y nunca las ha consumido, lo que refuerza la necesidad de reactivar su uso, principalmente por sus propiedades nutricionales y, muchas veces, medicinales.

São Paulo. Vol. 28, 2025

Artículo original

Palabras-clave: Alimentación saludable; PANC; seguridad alimentaria; educación nutricional; nutrición escolar.

Diagnosis on Non-Conventional Food Plants in school teams in the micro-region of Itapetinga-BA

Anameire de Jesus Martins
Danrlei Santos Soares
Simone Andrade Gualberto

Abstract: Non-Conventional Food Plants (NCFPs) - species not commonly used in the population's diet, despite being sources of important nutrients, in addition to having medicinal properties that are often unknown to the population and the scientific community. In this sense, this study aimed to perform a diagnosis on the NFPs in schools in the micro-region of Itapetinga-BA, through the analysis of the responses to a semi-structured questionnaire, which addressed the knowledge about the NFPs, related to their consumption, by age group, gender and activity performed in the school context. The results of the research showed that the older participants knew these species, however, their consumption is very low among the interviewees. The younger population, in general, has only heard about such plants and has never consumed them, which reinforces the need to rescue the use of these plants, mainly due to their nutritional and, often, medicinal properties.

Keywords: Healthy eating; PANC; food security; nutrition education; school nutrition.

São Paulo. Vol. 28, 2025

Original Article